

International Labor Network of Solidarity and Struggle
Réseau Syndical International de Solidarité et de Lutte
Rede Sindical Internacional de Solidariedade e de Lutas
Red Sindical Internacional de Solidaridad y de Luchas
Rete Sindacale Internazionale di Solidarietà e di Lotta

الشبكة النقابية العالمية للتضامن والنضال

Internationales Gewerkschaftsnetzwerk der Solidarität und des Kampfes



www.laboursolidarity.org

As organizações membros da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Luta apoiam e divulgam este apelo dos sindicatos em Portugal (incluindo o STCC - Sindicato dos Trabalhadores dos Call Centers e a Missão Pública Organizada, que são membros da Rede).

Portugal: propostas dos Sindicatos e de ativistas sindicais para resolver a Crise do Covid-19: Parar já tudo o que não é essencial em defesa da Saúde Pública!

Exigimos:

- Paralisação com efeitos imediatos de todos os sectores não essenciais com o pagamento integral dos salários e a garantia dos direitos.
- Proibição dos despedimentos, de não renovações ou de rescisões de contrato; para nós ser fixo ou precário é uma realidade jurídica não é a realidade da vida das pessoas – todos devem ter salário assegurado.
- Reconverter, dentro das possibilidades, a produção das fábricas para atender às necessidades de combate ao COVID-19 (ventiladores, álcool em gel, máscaras, etc.). Estamos dispostos a ajudar em tudo o que nos peçam nesse sentido.
- Nenhuma restrição à liberdade de organização dos trabalhadores – o Estado de Emergência não defende a saúde pública. Ataca, pelo contrário, quem trabalha e quem tem estado empenhado em defender os portugueses.
- Dotação orçamental imediata para contratação de médicos e profissionais de saúde; pagamento duplicado de trabalho complementar aos profissionais de saúde, com imposição da licença sem vencimento no sector privado para canalizar recursos para o público; subsídio de risco para estes profissionais. O dinheiro para tal existe, nas injeções à banca privada, nas PPP's, no pagamento do serviço da dívida, etc.. Se necessário, há que suspender todos esses pagamentos para financiar a saúde dos portugueses.
- Resgate público da Linha SNS 24 e com o reforço qualitativo dos seus meios; requisição dos hospitais e laboratórios privados para os colocar ao serviço do SNS.
- As soluções em regime de teletrabalho podem e devem ser utilizadas, mas não podem responsabilizar trabalhadores pelos meios técnicos ou pelos custos (eletricidade, internet em casa, computadores, etc.) que tal implica; o recurso a este modelo deve estabelecer uma carga de trabalho realista que possibilite a conciliação com a vida familiar;
- Controlo público sobre as empresas e sectores que podem contribuir para a solução desta crise (hospitais, portos, aeroportos, redes de transporte de mercadorias e passageiros, empresas do ramo da energia, bancos, fábricas que produzam ou possam produzir bens essenciais, etc.); reintegração dos estivadores de Lisboa, essenciais ao abastecimento da cidade, e brutalmente despedidos numa falsa falência.

Estamos perante uma grave crise de saúde pública em Portugal. Como em outros países, estão já a escalar os números de infectados e doentes graves, mortes e são já visíveis as consequências sociais e humanas. É sabido que a prevenção rápida é essencial para travar o avanço do vírus, contudo o governo reagiu tardiamente e de forma insuficiente. Se por um lado rapidamente abriu linhas de crédito para empresas e facilitou os lay-off, por outro deixou milhões de trabalhadores expostos a perdas salariais muito significativas e ao patronato que, em vários sectores rapidamente, aproveitou para começar a despedir ou atacar os sectores mais desprotegidos, como os trabalhadores temporários. Da mesma forma, continua a

deixar os trabalhadores da saúde, linha da frente da batalha contra o vírus, sem meios e condições para responder a esta pandemia. As medidas a reforçar são todas aquelas que os trabalhadores foram tomando mesmo antes do governo anunciar qualquer decisão ao país: deixar de ir às escolas, diminuição de deslocações, reforço qualitativo dos meios hospitalares e de saúde, encerramento de todas as actividades comerciais, laborais, culturais e desportivas não essenciais. Todas estas medidas foram sendo tomadas em diversos sectores por pressão dos próprios trabalhadores. É necessário e possível reforçá-las antes do descontrolo da situação.

Se foi a iniciativa dos trabalhadores a avançar as primeiras medidas para travar o vírus, qualquer medida de restrição à liberdade de organização dos trabalhadores só os deixa ainda mais expostos à ganância das empresas. Assim, o Estado de Emergência e as restrições às liberdades que dele derivam não contribuem para a resolução desta crise. Mesmo após o Estado de Emergência o Governo permite que empresas de sectores não essenciais do público e privado continuem a funcionar sem respeitar as recomendações da Direcção-Geral da Saúde e da Organização Mundial de Saúde. Permite que patrões sem escrúpulos continuem a despedir e a passar por cima dos direitos dos trabalhadores. Permite que em sectores essenciais não sejam facultadas ferramentas de protecção da saúde dos trabalhadores mais expostos.

Por trás da insuficiência na resposta do governo e do Estado de Emergência feito à medida dos patrões, não está apenas a incapacidade, mas sim a intenção de não interromper o comércio, os negócios, as transações, o mercado, ou seja, os lucros de uma minoria. Em nome do lucro coloca-se em risco a saúde de milhões. Informação, prevenção e medidas excepcionais não significam alarme social. Pelo contrário, só elas podem prevenir o alarme social. Quem falhou em todas as outras crises – desde a crise financeira à dos incêndios – não estará à altura desta. O Governo, a alta hierarquia do Estado e as direcções das instituições públicas estão minadas pelo desinvestimento público de longa data, ou não querem opor-se à pressão dos grupos económicos mais fortes. Por isso nós, que estamos entre os que fazemos o país funcionar exigimos uma resposta da parte das instituições governativas. Quando o Governo falha, o Movimento Sindical e a população que trabalha têm que se organizar para responder à altura.

Subscvem:

STASA – Sindicato dos Trabalhadores do Sector Automóvel

STCC – Sindicato dos Trabalhadores dos Call Centers

STMEFE – Sindicato dos Trabalhadores do Metro e Ferroviários

STOP – Sindicato de Todos os Professores

Sub-Comissão de Trabalhadores do Porto SPdH/Groundforce

Missão Pública Organizada

SOSHhandling

STPA – Sindicato e Trabalhadores do Porto de Aveiro

António Grosso – dirigente do MUDAR Bancários, membro do Secretariado Sindical Reformados do SBSI

António Júlio Fernandes – Dirigente do Sindicato Trabalhadores Porto de Aveiro

António Louçã – membro da Comissão de Trabalhadores da RTP

António Medeiros – dirigente do Sindicato Nacional dos Motoristas de Matérias Perigosas

Carla Santos – membro da Comissão de Trabalhadores do Banco Santander Totta

Carlos Ordaz – membro da Comissão de Trabalhadores da SPdH/Groundforce

Eduardo Marques – Presidente do Sindicato Trabalhadores do Porto de Aveiro

Francisco São Bento – Presidente do Sindicato Nacional dos Motoristas de Matérias Perigosas

Horácio Figueiredo – dirigente do MUDAR Bancários, membro da Comissão de Trabalhadores do Banco Santander Totta

Isabel Moreira – membro da Comissão de Trabalhadores da RTP

João Pascoal – dirigente do MUDAR Bancários, membro da Comissão de Trabalhadores do Banco Santander Totta

Jorge Mendes – membro do Secretariado Sindical do Banco Santander Totta – SBSI

José Sá – membro da Comissão de Trabalhadores da SPdH/Groundforce

José Teixeira – membro da Comissão de Trabalhadores da SPdH/Groundforce

Montalvão Rodrigues – membro da Comissão de Trabalhadores do Banco Santander Totta – Madeira

Nelson Silva – coordenador e membro da Comissão de Trabalhadores da RTP

Paulo Mendes – dirigente do SINTAV e ex-coordenador da Comissão de Trabalhadores da RTP

Les organisations membres du Réseau syndical international de solidarité et de luttes soutiennent et diffusent cet appel de syndicats du Portugal (dont le STCC - Syndicat des travailleurs des centres d'appels et la Missão Pública Organizada, qui sont membres du Réseau).

Portugal : propositions de syndicats et militants syndicaux pour résoudre la crise de Covid-19 : arrêtez maintenant tout ce qui n'est pas essentiel pour la défense de la santé publique !

L'humanité a déjà fait face à de plus grands défis. Des pandémies bien pires et nous nous sommes relevés. Nous avons aujourd'hui une génération exceptionnelle de scientifiques, médecins, infirmières et personnel de santé qui démontrent un savoir-faire et un courage nous laissant tous émus ; dans les professions essentielles, dockers, aéroports, routiers, personnel du nettoyage, éboueurs, distributeurs d'alimentation et tant d'autres professions – personne n'est laissé en arrière.

Nous dépasserons cette crise, nous reconstruirons la société. Nous avons confiance en nos forces. Mais pour le faire en modèles plus justes et égaux nous devons maintenant prendre des mesures de gouvernances que les gouvernements ne veulent pas prendre. Nous ne pouvons revenir à la normalité qui nous mena jusqu'ici. Dès lors nous n'acceptons qu'ils disent aux travailleurs que les entreprises ne peuvent plus supporter, car elles sont toutes endettées auprès des banques – c'est là que se trouve tout l'argent – et qu'ils disent à nous travailleurs que nous devons tout supporter.

Nous exigeons donc :

- Paralysie avec effets immédiat de tous les secteurs non-essentiels avec le paiement intégral des salaires et la garantie des droits.
- Interdiction des licenciements, des non-renouvellements ou des ruptures de contrats ; pour nous être stable ou précaire est une réalité juridique et n'est pas une réalité de la vie des personnes – tous doivent avoir un salaire assuré.
- Reconvertir, dans la mesure du possible, la production des usines pour répondre aux nécessités de combat du Covid-19 (respirateurs, gel hydroalcoolique, masques, etc.). Nous sommes disposés à aider en ce sens.
- Aucune restriction à la libre organisation des travailleurs – l'État d'Urgence ne défend pas la Santé Publique. Au contraire, elle attaque qui travaille et qui est occupé à défendre les portugais.
- Dotation budgétaire immédiate pour l'embauche de médecins et professionnels de santé ; paiement double supplémentaire aux professionnels de santé, avec imposition sans échéance de l'autorisation à exercer du secteur privé pour canaliser des moyens vers le secteur public ; prime de risque pour ces professionnels. L'argent pour cela existe, dans les injections au banque privée, dans les PPP's, dans le paiement du service de la dette, etc. si besoin, il faut suspendre tous ces paiements pour financer la santé des portugais.
- Rachat public de la Ligne SNS 24 avec un renfort qualitatif de ses moyens ; réquisition des hôpitaux et laboratoires privés pour les placer au service du SNS (Service National de la Santé).
- Les solutions en statut peuvent et doivent être utilisées, mais elles ne doivent pas rendre responsable les travailleurs en termes de moyens techniques ou en termes de coûts (électricité, internet, ordinateurs, etc.) que cela implique ; le recours à ce statut doit établir une charge de travail réaliste qui rend possible de concilier la vie de famille ;
- Contrôle public sur les entreprises et les secteurs qui peuvent contribuer à résoudre cette crise (hôpitaux, ports, aéroports, réseau de transports de marchandises et de passagers, entreprises de la branche énergétique, banques, usines qui produisent ou peuvent produire des biens essentiels, etc.) ; réintégration des dockers de Lisbonne, essentiels à l'approvisionnement de la ville, et brutalement licenciés sous le prétexte d'une fausse faillite.

Nous sommes face à ne crise grave de santé publique au Portugal. Comme dans d'autres pays, le nombre d'infectés, de malades graves et de morts sont déjà en augmentation et les conséquences sociales et humaines sont déjà visibles. Il est prouvé que la prévention rapide est essentielle pour ralentir l'avancée du virus, malgré tout le gouvernement a réagi tardivement et de manière insuffisante. Si d'un côté, il a rapidement ouvert des lignes de crédit pour des entreprises et a facilité des lay-off, de l'autre il laissa des millions de travailleurs exposés à des pertes salariales très significatives et exposés au patronat qui, rapidement en de nombreux secteurs, en profita pour commencer à licencier ou à attaquer les secteurs les moins bien protégés, comme les travailleurs temporaires. De la même manière, il continue à laisser les travailleurs de la santé, en première ligne de la bataille contre le virus, sans moyens ni conditions respectées pour répondre à cette pandémie. Les mesures à renforcer sont toutes celles que les travailleurs ont prises avant même que le gouvernement n'annonce une quelconque décision pour le pays : cesser d'aller à l'école, diminution des déplacements, renfort qualitatif des moyens hospitaliers et de santé, fermeture de toutes les activités commerciales, de travail,

culturels et sportives non-essentiels. Toutes ces mesures ont été peu à peu prises en divers secteurs sous la pression des travailleurs. Il est nécessaire et possible de les renforcer avant la perte de contrôle de la situation.

Si les premières mesures pour ralentir l'avancée du virus ont été prises à l'initiative des travailleurs, toute autre mesure de restriction des libertés d'organisation des travailleurs les laisse uniquement plus exposés à l'avidité des entreprises. Ainsi, l'État d'Urgence et les restrictions des libertés qui en découlent ne contribuent pas à résoudre cette crise. Même après l'État d'Urgence, le gouvernement permet aux entreprises de secteurs non-essentiels public et privé de continuer à fonctionner sans respecter les recommandations de la Direction Générale de la Santé et de l'Organisation Mondiale de la Santé. Il permet à des patrons sans scrupules de continuer à licencier et de passer outre les droits des travailleurs. Il permet que ne soient pas concédés de matériels de protection aux travailleurs les plus exposés des secteurs essentiels.

Derrière l'insuffisance de la réponse du gouvernement et de l'État d'Urgence fait sur mesure pour les patrons, il n'y a pas seulement leur incapacité, mais bien l'intention de ne pas interrompre le commerce, les négoce, les transactions, le marché, c'est-à-dire les profits d'une minorité. Au nom du profit, la santé de millions de personnes est mise en péril. Information, prévention et mesures exceptionnelles ne signifient pas alarme sociale. Au contraire, elles seules peuvent prévenir l'alarme sociale. Qui a échoué dans toutes les autres crises – de la crise financière aux incendies – ne sera pas à la hauteur de celle-ci. Le Gouvernement, la plus haute hiérarchie de l'État et les directions des institutions publiques sont minés par le désinvestissement public de longue date, ou ne veulent pas s'opposer à la pression de groupes économiques plus puissants. Par conséquent nous, qui sommes parmi ceux qui font fonctionner le pays, exigeons une réponse de la part des institutions gouvernementales. Lorsque le gouvernement échoue, le Mouvement Syndical et la population qui travaille doivent s'organiser pour répondre avec force.

The organizations belonging to the International Labour Network of Solidarity and Struggle

National inter professional labour organizations

- Central Sindical e Popular Conlutas (**CSP-Conlutas**) - Brésil.
- Confederación General del Trabajo (**CGT**) - Etat espagnol.
- Union syndicale Solidaires (**Solidaires**) - France.
- Confederazione Unitaria di Base (**CUB**) - Italie.
- Confédération Générale du Travail du Burkina (**CGT-B**) - Burkina.
- Confederation of Indonesia People's Movement (**KPRI**) - Indonésie.
- Confederación Intersindical (**Intersindical**) - Etat espagnol.
- Confédération Générale Autonome des Travailleurs en Algérie (**CGATA**) - Algérie.
- Batay Ouvriye - Haïti.
- Unione Sindacale Italiana (**USI**) - Italie.
- Confédération Nationale des Travailleurs - Solidarité Ouvrière (**CNT SO**) - France.
- Sindicato de Comisiones de Base (**CO.BAS**) - Etat espagnol.
- Organisation Générale Indépendante des Travailleurs et Travailleuses d'Haïti (**OGTHI**) - Haïti.
- Sindicato Intercategoriale Cobas (**SI COBAS**) - Italie.
- Confédération Nationale du Travail (**CNT-f**) - France.
- Intersindical Alternativa de Catalunya (**IAC**) - Catalogne.
- Union Générale des Travailleurs Sahraouis (**UGTSARIO**) - Sahara occidental.
- Ezker Sindikalaren Konbergentzia (**ESK**) - Pays basque.
- Confédération Nationale de Travailleurs du Sénégal Forces du Changement (**CNTS/FC**) – Sénégal
- Sindicato Autorganizzato Lavoratori COBAS (**SIAL-COBAS**) - Italie.
- General Federation of Independent Unions (**GFIU**) - Palestine.
- Confederación de la Clase Trabajadora (**CCT**) - Paraguay.
- Red Solidaria de Trabajadores - Pérou
- Union Syndicale Progressiste des Travailleurs du Niger (**USPT**) - Niger.
- Union Nationale des Syndicats Autonomes du Sénégal (**UNSAS**) - Sénégal.
- Unión Nacional para la Defensa de la Clase Trabajadora (**UNT**) - El Salvador.
- Solidaridad Obrera (**SO**) - Etat espagnol.
- Independent Workers Union of Great Britain (**IWGB**) - Grande-Bretagne.
- Ogólnopolski Związek Zawodowy Inicjatywa Pracownicza (**OZZ IP**) - Pologne.
- Centrale Démocratique des Travailleurs de Martinique (**CDMT**) – Martinique.
- Associazione Diritti Lavoratori Cobas (**ADL COBAS**) – Italie
- Pakistan Labour Federation (**PLF**) – Pakistan

National professional labour organizations

- National Union of Rail, Maritime and Transport Workers (**RMT/TUC**) - Grande-Bretagne.
- Centrale Nationale des Employés – Confédération Syndicale Chrétienne (**CNE/CSC**) - Belgique.
- Sindicato Nacional de Trabajadores del Sistema Agroalimentario (**SINALTRAINAL/CUT**) - Colombie.
- Trade Union in Ethnodata - Trade Union of Employees in the Outsourcing Companies in the financial sector - Grèce.
- Syndicat national des travailleurs des services de la santé humaine (**SYNTRASEH**) - Bénin
- Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz (**ASFOC-SN**) - Brésil.
- Organizzazione Sindacati Autonomi e di Base Ferrovie (**ORSA Ferrovie**) - Italie.
- Union Nationale des Normaliens d'Haïti (**UNNOH**) - Haïti.
- Confederazione Unitaria di Base Scuola Università Ricerca (**CUB SUR**) - Italie.
- Coordinamento Autorganizzato Trasporti (**CAT**) - Italie.
- Syndicat des travailleurs du rail – Centrale Démocratique des Travailleurs du Mali (**SYTRAIL/CDTM**) – Mali.
- Gıda Sanayii İşçileri Sendikası - Devrimci İşçi Sendikaları Konfederasyonu (**GIDA-IŞ/DISK**) – Turquie.
- Syndicat National des Travailleurs du Petit Train Bleu/SA (**SNTPTB**) - Sénégal.
- Asociación Nacional de Funcionarios Administrativos de la Caja de Seguro Social (**ANFACSS**) – Panama.
- Palestinian Postal Service Workers Union (**PPSWU**) - Palestine.
- Union Syndicale Etudiante (**USE**) - Belgique.
- Sindicato dos Trabalhadores de Call Center (**STCC**) - Portugal.
- Sindicato Unitario de Trabajadores Petroleros (**Sinutapetrolgas**) - Venezuela.
- Alianza de Trabajadores de la Salud y Empleados Públicos - Mexique.
- Canadian Union of Postal Workers / Syndicat des travailleurs et travailleuses des postes (**CUPW-STTP**) – Canada.
- Syndicat Autonome des Postiers (**SAP**) - Suisse.
- Federación nacional de trabajadores de la educación (**SUTE-Chili**) - Chili.
- Plateforme Nationale des organisations professionnelles du secteur public - Côte d'Ivoire.
- Fédération nationale des ouvriers et collectivités locales - Union Marocaine du Travail (**UMT-Collectivités locales**) - Maroc.
- Centrale Générale des Services Publics FGTB, Cheminots (**CGSP/FGTB Cheminots**) - Belgique.
- Botswana Public Employees Union (**BOPEU**) - Botswana.
- Organisation Démocratique du Rail-Organisation Démocratique du Travail (**ODR/ODT**) – Maroc.
- Federacao Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos do Brasil (**FNTTA**) - Brésil.
- Federação Nacional dos Metroviários (**FENAMETRO**) - Brésil.
- Namibia Football Players Union (**NAFPU**) – Namibie.
- Palestinian Electricians' Trade Union (**PETU**) – Palestine.
- Missão Publica Organizada – Portugal.

Local labour organizations

- Trades Union Congress, Liverpool (**TUC Liverpool**) - Angleterre.
- Sindicato Territoriale Autorganizzato, Brescia (**ORMA Brescia**) - Italie.
- Fédération syndicale SUD Service public, canton de Vaud (**SUD Vaud**) - Suisse
- Sindicato Unitario de Catalunya (**SU Metro**) - Catalogne.
- Türkiye DERİ-İŞ Sendikası, Tuzla et Izmir (**DERİ-İŞ Tuzla et Izmir**) - Turquie.
- L'autre syndicat, canton de Vaud (**L'autre syndicat**) - Suisse
- Centrale Générale des Services Publics FGTB, Ville de Bruxelles (**CGSP/FGTB Bruxelles**) – Belgique.
- Arbeitskreis Internationalismus IG Metall, Berlin (**IG Metall Berlin**) - Allemagne
- Sindicato Unificado de Trabajadores de la Educación de Buenos Aires, Bahia Blanca (**SUTEBA/CTA de los trabajadores Bahia Blanca**) - Argentine
- Sindicato del Petróleo y Gas Privado del Chubut/CGT - Argentine.
- UCU University and College Union, University of Liverpool (**UCU Liverpool**) - Angleterre.
- Sindicato di base Pavia (**SDB Pavia**) - Italie.

- United Auto Workers local 551 Ford Chicago (**UAW Ford Chicago**) – Etats-unis.
- Sindicato Uno Prodinsa, Maipú – Chili.
- Asociación Gremial de Trabajadores del Subterráneo y Premetro, Buenos Aires (**SUBTE/CTAt**) – Argentine.
- (واحد) - Syndicat des travailleurs du transport de Téhéran et sa banlieue (**Vahed**) – Iran.

International labour organizations

- Industrial Workers of the World - International Solidarity Commission (**IWW**).

Trends, tendencies or labour networks

- Transnationals Information Exchange Germany (**TIE Germany**) - Allemagne.
- Emancipation tendance intersyndicale (**Emancipation**) - France.
- Globalization Monitor (**GM**) - Hong Kong.
- Courant Syndicaliste Révolutionnaire (**CSR**) - France.
- Fronte di lotta No Austerity - Italie.
- Solidarité Socialiste avec les Travailleurs en Iran (**SSTI**) - France.
- Basis Initiative Solidarität (**BASO**) - Allemagne.
- LabourNet Germany - Allemagne.
- Resistenza Operaia - operai Fiat-Irisbus - Italie.
- Workers Solidarity Action Network (**WSAN**) - Etats-Unis.
- United Voices of the World (**UVW**) - Grande-Bretagne.
- Unidos pra Lutar - Brésil.
- Corriente Político Social Sindical 1° de Mayo de Buenos Aires – Argentine.
- Coordinamento Nazionale Unitario Pensionati di oggi e di domani (**CONUP**) – Italie.
- National Association of Human Rights Defenders – Palestine.
- Red de Trabajadores – Argentine.